

CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Maria Alexandra Ribeiro Pinto da Costa
Isabel Carvalho Viana

IFRN/Mossoró
Universidade do Minho

Alexandra.costa@ifrn.edu.br
icviana@ie.uminho.pt

RESUMO: Nesta comunicação apresentamos um projeto de doutoramento em curso, focado na *prática docente da educação profissional de jovens e adultos*. Esta é uma problemática que emerge das políticas educativas no Brasil. Pois, em função da descontinuidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o Decreto nº 5.840/06 instituiu o PROEJA, cujo objetivo é ofertar um ensino gratuito e de qualidade às camadas mais pobres daquela sociedade. A introdução dessa modalidade de ensino na Rede Federal foi realizada visando o aproveitamento das instalações físicas e dos recursos humanos. O PROEJA situa importantes desafios, tais como: 1) romper com a educação bancária (Freire, 2005); 2) proporcionar educação e profissionalização a uma parcela excluída (Moura & Henrique, 2007); 3) formar professores para a educação tecnológica (Reis, 2009). No IFRN, a implantação do PROEJA foi acompanhada pela oferta de uma especialização direcionada ao ensino nessa modalidade. Assim, com este estudo procuramos explorar e compreender a contribuição desta especialização na prática docente, partindo da análise de conteúdo de narrativas autobiográficas. Os resultados iniciais indicam que o curso pode ter fornecido elementos necessários para a formação de profissionais reflexivos, autônomos, capazes de dialogar e aprender no exercício da docência, conforme descrito por Schon (2000).

Introdução

A Revolução Industrial inicializada no início do século XVIII na Inglaterra trouxe consigo um processo permanente de mudanças nas relações de produção, transformando as formas de trabalho. Sua expansão pelo mundo, a partir do século XIX, marcou a transição entre o trabalho artesanal e o industrial moderno, possibilitando o avanço da informatização dos meios de produção e alterando o sistema capitalista.

A consequência imediata disso foi a “descaracterização do trabalho manual em benefício do trabalho dito ‘intelectual’, trilhado no conhecimento e na habilidade inovar” Cazaloto(2008). Dessa forma, o trabalho manual passou a ser executado, basicamente, pelas classes mais desfavorecidas, criando-se uma dualidade histórica: de um lado a elite detentora do capital intelectual e de outro a classe proletária possuidora da força de trabalho.

No contexto brasileiro, podemos afirmar que essa relação era ainda mais antiga, uma vez que vivemos numa sociedade escravocrata onde o trabalho era executado de

forma obrigatória e imposto à base da força. Além disso, as pessoas que detinham o capital intelectual garantiam a continuidade através da sua prole, muitas vezes, levando os seus filhos a estudarem no exterior (com tendência para formação nos cursos de Direito ou Medicina).

Mesmo com a extinção da escravidão, ainda continuamos em uma sociedade desigual, pois a liberdade conferida não garantiu os direitos básicos a todos os cidadãos, ou seja, eles, ao longo de muito tempo, continuaram excluídos do processo de formação intelectual. Portanto, não havia políticas que garantissem ao cidadão a inserção e permanência no sistema educacional. A prioridade do estado era garantir mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho, mesmo sem a qualificação adequada. Nesse contexto, no início do século XX, foram criadas as Escolas de Aprendizizes Artífices, através do Decreto nº 7566/1909, cujo objetivo propunha proporcionar formação profissional aos filhos de classes sócio-econômicas menos favorecidas.

Hoje, no Brasil, a educação está garantida no Art. 205 da Carta Magna, o que significa dizer que o acesso ao conhecimento é um direito de todos. Contudo, a educação de jovens adultos, durante muitos anos, foi tratada com negligência.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9.394/96) apresenta dois níveis de educação: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. A mesma legislação traz ainda duas modalidades de educação: a educação de jovens e adultos e a educação especial, além de uma modalidade complementar: a educação profissional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tratada no Art. 37º da LDB é uma modalidade da educação básica destinada aos cidadãos que por algum motivo não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental ou no ensino médio. Em termos de pesquisa educacional sobre esta modalidade nota-se que grande parte dos estudos neste âmbito se tem focado na alfabetização (Gold et al, 2011; Hayes 1999; Benseman & Tobias, 2003). Além deste, surgem outros temas regularmente tratados nas pesquisas da área, tais como: a) a autonomia do estudante da EJA no seu processo de aprendizagem e como promovê-la (Freire, 1996, 2005; Derrick, Carr & Ponton, 2003); b) programas experimentais de Educação para Adultos (Fitzsimons, 2010; Wilson, 2010;) c) o impacto socioeconômico da educação de Jovens e Adultos (Vignoles, Ruedan & Feinstein, 2004).

Paralelamente, ao longo do último século, temos observado uma descontinuação e o esvaziamento de propostas de ações voltadas para essa modalidade de ensino (Friedrich, Benite & Pereira, 2010). Em função dessa descontinuidade e a partir dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, em 2003, constatava-se que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental e apenas 6 milhões (8,8%) estavam matriculados na modalidade EJA. O Governo Federal instituiu, em 2005, o primeiro Decreto do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Este introduziu as novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro, com a inclusão da oferta de cursos PROEJA orientado para o público do ensino fundamental da EJA. O objetivo é oferecer um ensino gratuito e de qualidade às camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira. O parágrafo 1º do referido Decreto determina, entre outras coisas, que o PROEJA abrangerá a formação inicial e continuada de trabalhadores. Assim, podemos constatar que o PROEJA é um programa de resgate social que tem o objetivo de inserir jovens e adultos no mercado de trabalho com habilidades de um profissional técnico de nível médio apto a aplicar as competências exigidas pelos novos meios de produção capitalista.

O Decreto 5.840/2006 destina 10% do total das vagas de ingresso nas instituições federais de educação profissional para o PROEJA. A introdução dessa modalidade de ensino na rede federal visa o aproveitamento das instalações físicas e o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.

Em conjunto com a dívida histórica para com a EJA, o Brasil também possui outras fragilidades referentes à formação de professores para o ensino básico. Ainda que, como apontado por Gatti, Barreto e André (2011), o docente seja a terceira maior categoria profissional do país, existe uma grande necessidade de aumentar seu efetivo em função da demanda crescente. Quando se fala em professores na área de tecnologia, por exemplo, a fragilidade se torna ainda maior pela quase inexistência de cursos de formação inicial com esse perfil.

O PROEJA tem três importantes desafios: 1) romper com a educação bancária e propedêutica (Frigotto & Ciavatta, 2004; Freire, 2005); 2) proporcionar educação e

profissionalização a uma parcela excluída (Moura & Henrique, 2007); 3) formar professores para a educação tecnológica (Reis, 2009).

O Decreto nº 5.154/2004 regulamenta a educação profissional no Brasil, possibilita a integração do ensino básico na educação profissional e garante a articulação com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, determina, no seu Art. 7º, que os Institutos Federais também devem ministrar educação profissional integrada para o público da educação de jovens e adultos.

Desta forma percebemos que nos últimos anos avançamos na oferta da modalidade da educação de jovens e adultos. No entanto, garantir um ensino de qualidade que possa agregar as dimensões trabalho, ciência e cultura ainda são o grande desafio da educação profissional, pois se exige dos docentes uma formação voltada para as práticas político-pedagógicas e metodologias que orientem a continuidade desse processo.

Para garantir essa qualidade do ensino, a implantação do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (Câmpus Mossoró) foi acompanhada pela oferta de um curso de especialização direcionado para esta modalidade, cujo objetivo era o de formar profissionais especialistas da educação por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no Programa de Integração da Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. É neste contexto que Silva e Baracho (2007) discutem a própria experiência de formação continuada, enquanto Silva e Henrique (2010) analisam as concepções que os docentes possuem sobre os desafios de atuar nessa modalidade de ensino.

Com o entendimento de que os cursos de formação inicial de professores não preparam para uma atuação direcionada aos alunos das camadas populares (Moreira, 2006) e que muitos dos professores-engenheiros não atribuem a devida importância aos aspectos didático-pedagógicos (Reis, 2009), percebemos a importância de entender a inserção dos docentes do IFRN (Câmpus Mossoró) no PROEJA, uma vez que não conhecemos estudos que visem à discussão da formação docente em programas de educação profissional enquadrados na EJA.

Com base neste entendimento, ressalta-se que este estudo defende e se alicerça na ideia de que é de extrema importância a formação continuada dos professores inseridos na Rede Federal e de que esta e deve pautar pelos princípios da formação de profissionais reflexivos, autônomos, tornando-os capazes de dialogar, de tomar decisão e de aprender na e com a sociedade do conhecimento (Schon, 2000; Viana, 2011; Elliot, 1993).

Formação especializada orientada para o ensino na EJA – contributos para qualidade da pratica docente.

Apesar dos esforços e intensos debates sobre a EJA, pouco se tem discutido sobre o papel do docente e sua influência no processo ensino-aprendizagem. Assim, emerge como finalidade do nosso estudo compreender como o Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos contribuiu para a prática dos docentes inseridos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) no IFRN/Câmpus Mossoró.

Com esse intuito, a investigação que nos propomos concretizar é norteada pelas seguintes questões principais de investigação: Quais as dificuldades que os docentes sentem ao lecionar no EJA? Qual a sua percepção sobre a inserção da educação profissional integrada na Educação de Jovens e Adultos? Que estratégias diferenciadas adotam para lecionar? O ensino profissional nessa modalidade tem alcançado seus objetivos? De que forma superar as dificuldades que os docentes inseridos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) têm ao lecionar para essa modalidade de ensino? E, sobretudo como o curso de especialização interferiu nas suas concepções, práticas e vivência com esta modalidade de ensino?

Dessas questões, que permitem delimitar o âmbito do estudo, emergem os seguintes objetivos: a) identificar dificuldades que esses professores encontram para lecionar nessa modalidade; b) caracterizar e compreender as contribuições do Curso de Especialização em Educação Profissional integrada na EJA para a prática pedagógica; c) analisar as possíveis estratégias diferenciadas de ensino que os professores do

PROEJA utilizam para essa modalidade; d) aprofundar e construir conhecimento para organizar propostas de formação continuada/desenvolvimento profissional.

Publico alvo da pesquisa

O público alvo da pesquisa é constituído pela Coordenadora Geral do Curso, as Coordenadoras do Curso na Unidade de Mossoró, o diretor do Câmpus no ano de criação da Especialização, o atual Diretor, um membro do Grupo de Trabalho que tinha como objetivo elaborar o documento base para o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA, nomeado pela portaria 208, de 10 de dezembro de 2006, os professores das turmas de EJA e os alunos das três turmas da especialização conforme tabela abaixo:

Tabela I: Turmas da especialização

Vinculo	1ª Turma 2005/2006	2ª Turma 2006/2007	3ª Turma 2007/2008
<i>CEFET</i>	<i>11</i>	<i>07</i>	<i>17</i>
<i>Escola Estadual</i>	<i>24</i>	<i>14</i>	<i>14</i>
<i>Escola Municipal</i>	<i>-</i>	<i>05</i>	<i>10</i>
<i>Centro de Reabilitação</i>	<i>-</i>	<i>03</i>	<i>-</i>
<i>Centro Educacional de Jovens e Adultos</i>	<i>-</i>	<i>02</i>	<i>-</i>
TOTAL DE ALUNOS	35	31	41

Abordagem metodológica

Na pesquisa social e, por consequente, na pesquisa em educação, há a presença marcante de dois paradigmas básicos: o qualitativo e o quantitativo, apresentando cada um as suas limitações e contradições (Grecca, 2002). Segundo Coll, Dalgety e Salter (2002), a abordagem qualitativa resulta no recolhimento intensivo de dados, permitindo uma análise mais profunda das questões propostas, enquanto a abordagem quantitativa, como o próprio nome sugere, permite a quantificação dos resultados, estudados através de análise estatística.

Para este estudo, optar-se-á por uma abordagem qualitativa, partindo-se dos pressupostos expressos por Bogdan e Biklen (1994), segundo os quais, na pesquisa qualitativa, pequenos indícios podem constituir-se em elementos para a compreensão do

objeto de estudo. Esta opção fundamenta-se na perspectiva expressa por Minayo (2007, p. 42) segundo a qual “o objeto da pesquisa em Ciências Sociais é essencialmente qualitativo.” Mesmo reconhecendo a importância da abordagem qualitativa, entende-se que a natureza do objeto que ora se propõe neste estudo pode ser melhor compreendida a partir daquela.

Essa posição é reforçada pela compreensão de que trabalhar nos marcos das Ciências Sociais significa enfrentar o desafio de “manejar teorias e instrumentos capazes de promover a aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória.” Minayo, (2007, p. 43)

Com bases nestas reflexões, para compreender as possíveis contribuições da especialização para a docência no PROEJA, esta pesquisa será realizada na perspectiva da análise qualitativa Bogdan & Biklen (1994), utilizando-se, como estratégias de coleta de dados, questionários abertos, observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Entende-se, no entanto, que, pela própria natureza da pesquisa qualitativa, o planejamento inicial possa ser alterado no decorrer da pesquisa.

O procedimento analítico a ser trabalhado neste estudo leva em consideração elementos da Análise de Conteúdo, conforme descrito por Bardin (1977). Este procedimento será iniciado pela definição da unidade de análise, escolha do material a compor o corpus, transcrição dos textos e entrevistas, seguida de uma leitura flutuante, categorização e, por fim, a quantificação da ocorrência das categorias no texto. Mediante a natureza própria do estudo e a escolha de entrevistas semi-estruturadas serão utilizadas categorias emergentes na análise das entrevistas. Para tal, faremos uso do Software WebQDA uma vez que apresenta ferramentas de comunicação facilitadoras da interação e da colaboração, próprias dos estudos qualitativos.

É oportuno destacar que neste trabalho se considera o papel do sujeito na construção do conhecimento científico, de maneira que a análise de conteúdo aqui trabalhada como um procedimento metodológico não seja confundido com uma orientação instrumental. Em lugar disso, como argumenta Franco (2008), trata-se de um recurso analítico capaz de fornecer informações sobre o sentido e o significado do texto.

Resultados Iniciais

Como etapa de aproximação ao objeto de estudo tivemos uma conversa inicial com a funcionária responsável pelos professores da Rede Estadual de Ensino inscritos na turma da Especialização. Nesta conversa a mesma relatou que por ter sido pequena a procura pela especialização na primeira turma todos os inscritos foram matriculados. Na segunda turma a procura foi muito maior o que ocasionou a realização de uma prova com duas questões subjetivas relacionadas com o tema da Educação de Jovens e Adultos. A terceira turma ocorreu por uma chamada Pública nº 1/2008-SETEC/MEC. Ainda, informou que a Secretaria Estadual de Educação não possui mais os documentos referentes ao acompanhamento do curso, pois o microcomputador onde estavam armazenados os dados foi formatado sem que fosse feita a cópia dos documentos, o que ocasionou a perda dos dados.

Através duma conversa preliminar com a Coordenadora do Curso da Especialização no IFRN/Câmpus Mossoró conseguimos acesso a vários documentos entre eles o Documento Base do PROEJA 1ª e 2ª edições, o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, a relação dos alunos das três turmas da especialização, os Decretos 5.840 de 13 de julho de 2006 e o 6.095 de 24 de abril de 2007, e a chamada publica nº1/2008-SETEC/MEC e a Portaria nº 2.080 de 13 de junho de 2005.

Estas informações possibilitam apropriar a identidade do objeto de estudo, entrar em contato com os professores em foco na pesquisa, com o intuito de, num momento posterior os entrevistar.

Em jeito de reflexão final

No trajeto do nosso estudo, ainda em curso inicial, encontramos vários constrangimentos, tais como a perda de dados da Secretaria Estadual, a falta de tempo de algumas pessoas responsáveis pelo programa, falta de maiores detalhes na ficha de inscrição dos alunos da especialização, bem como a falta de informação relativa à área em que os alunos/professores atuavam. Contudo, os dados já coletados evidenciam a pertinência e a exequibilidade do estudo proposto é que, para além os objetivos iniciais,

o estudo poderá contribuir para a recuperação e o registro das informações relativas ao programa de Especialização, reconstituindo a sua memória com história.

Referências Bibliográficas

- Alves, M. P. & Flores, M. A. (Org.) (2010). *Trabalho Docente, Formação e Avaliação*. Clarificar conceitos, fundamentar práticas. Lisboa: Edições Pedagógicas.
- Anderson, D. Niemi, J. A. (1969) *Adult Education and Disadvantaged Adult*. New York: ERIC Clearing House on Adult Education.
- Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Benseman, J. & Tobias, R. (2003) “*First chance for a real education*”: an impact study of adult literacy. (3ª ed) Wellington: Tertiary Education Commission.
- Bodgan, R.C. & Biklen, S.K. (1994) *Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Coll, R. K., Dalgety, J., Salter, D. (2002) The development of the chemistry attitudes and experiences questionnaire (CAEQ). *Chemistry education: Research and practice in Europe*. v. 3 (n 1), p.19-32.
- Constituição da República Federativa, 1988*. (1988). Brasília, DF. Recuperado em 10 de maio de 2013 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Decreto nº 5.542, de 20 de setembro de 2005*. (2005, setembro 25). Institui Projeto Cidadão Conectado-Computador para todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, (182), pp. 56.
- Decreto nº 5.840, de 23 de julho de 2006*. (2006, julho 14). Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, (134), pp. 7.
- Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005*. (2005, junho 27). Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, (121), pp. 4.
- Derrick, M. G.; Carr, P. B. & Ponton, M. (2003) Facilitating And Understanding Autonomy In Adult Learners, *New Horizons In Adult Education*, v. 17 (n. 2) p. 4-10.
- Elliot, J. (1993). *El cambio educativo desde la investigación-acción*. Madrid: Ediciones Morata.
- Flores, M. A. & Viana, I. C. (Org.) (2007). *Profissionalismo docente em transição: as identidades dos professores em tempos de mudança*. Braga: CIED, Universidade do Minho.
- Franco, M. L. P. B. (2008) *Análise de conteúdo*. (3ªed.) Brasília, DF: Liber Livro.
- Freire, P. (2005) *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (1996) *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

- Friedrich, M. & Benite, C. R. M. & Pereira, V. S. (2010) Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, 18 (67), p. 389-410.
- Frigotto, G. & Ciavatta, M. (2004). A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio. In: Frigotto, G. & Ciavatta, M. *Ensino Médio: Ciência Cultura e Trabalho* (pp. 11-34). Brasília, DF: MEC/SEMTEC.
- Gatti, B. A. & Barreto, E. S. S. & André, M. E. D. A. (2011). *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília, DF: UNESCO.
- G.Gaskell (2007) Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Edit). *Pesquisa qualitativa contexto, imagem e som: um manual prático*. (2ª ed.).(P. A. Guaresch, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Grecca, I. M.(2002) Discutindo aspectos metodológicos da pesquisa em ensino de ciências: algumas questões para refletir. *Ver. Bras. de Pes. em Educação em Ciências.1*(2), p. 73-82.
- Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gold, E., Edmunds, K., Maluk, H. &Reumann-Moore, R. (2011) *Boosting Adolescent and Young Adult Literacy: An Examination of Literacy Teaching and Learning in Philadelphia's Accelerated High Schools*. District of Philadelphia: Research For Action.
- Hayes, E. (1999). Youth in Adult Literacy Education Programs. Review of Adult Learning and Literacy. V.1, p. 68 - 101.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996, dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília,DF, 134 (248), pp. 27834-27841.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. (2008, dezembro 20) Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília,DF, (253) pp. 1.
- Mynayo, M. C. C. (2007) *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (10ª ed.) São Paulo: Hucitec.
- Marconi, M. de A. &Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Moura, D. H. & Henrique, A. L. S. (2007). História do PROEJA: entre desafios e possibilidades In: Baracho, A. G. & Silva, A. C. R. (Org.). *Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar* (pp.17-33). Natal: CEFET-RN.
- Moreira, A. F. B. (2006). A formação de professores e o aluno das camadas populares: subsídios para debate. In: Alves, N. *Formação de professores: pensar e fazer* (pp. 37-52). São Paulo: Cortez.
- Reis, C. A. do C. (2009). *Engenheiro-professor: as representações sociais sobre a docência*. Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Richardson, R.J. (1985). *Pesquisa social, métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Selltiz, C.; Wrightsman, L.; Cook, S.; Kidder, L. (1987) *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. (2ª ed.) São Paulo: EPU.
- Silva, A. C. R. & Baracho, M. G. (2007). O CEFET-RN e o processo de formação de educadores para o PROEJA. In: Baracho, A. G., Silva, A. C. R. (Org.).

- Formação de educadores para o PROEJA: intervir para integrar (pp.9-16). Natal: CEFET-RN.
- Silva, A. G. A. (2010) *Ensino Médio em Educação de Jovens e Adultos: desvelando discursos no Projeto Avançar*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.
- Silva, M. M. A. & Henrique, A. L. S. (2010). Concepções de professores sobre os desafios da docência no PROEJA. In: Moura, D. H. *PROEJA no IFRN: práticas pedagógicas e formação docente* (pp. 13-36). Natal: IFRN.
- Viana, I. C. (2011). Formação e educação: um projecto criativo de interface com a emancipação profissional. *Revista Educação Skepsis*, n. 2 – Formación Profesional. Vol. II. Claves para la formación profesional. São Paulo: skepsis.org. pp. 630-660 url: <<http://academiaskepsis.org/revistaEducacao.html>> [ISSN 2177-9163], enero/julio.
- Vignoles, A. W., Ruedan, F. G. & Feinstein, L. (2004) The labour market impact of Adult Education and Training: a cohort analysis, *Scottish Journal of Political Economy*, 51(2), p. 266 -280.